

Exmos. Srs.

Presidente da Assembleia

Srs. Secretários

Srs. Deputados Municipais

Vereadores e Presidente da Câmara Municipal

Queremos saudar os trabalhadores do Departamento dos Direitos Sociais (DDS), que hoje aqui se encontram. São eles que motivam a intervenção do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa.

Nos últimos anos, inúmeros serviços municipais têm sido alvo de sucessivos processos de reorganização e mudança de instalações. Uma tônica parece sobressair nas opções deste Executivo: falta de planeamento, de consideração pelo conhecimento técnico e experiência acumulada de quem corporiza estes serviços, com o relativo desprendimento pelas consequências dessas mesmas opções.

Em 2006, o DDS sai do Campo Grande e instala-se no Palácio do Machadinho, para em 2011 regressar ao Campo Grande, para em 2019 sair para a Boavista...Do Campo Grande saem perto de 74 profissionais. Não esquecendo ainda o número considerável de voluntários, que já afirmaram não estarem disponíveis no caso da mudança se concretizar.

O Executivo gaba-se de envolver trabalhadores e sindicatos nestes processos, construindo uma retórica de abertura democrática e respeito pelos seus direitos. O STML não desvaloriza esta postura, se comparada com outros Executivos, com outros passados... Todavia, não basta reunir e dialogar. É indispensável importar o conhecimento fundamentado dos trabalhadores nas referidas decisões. Tal não acontece no exemplo do DDS.

É verdade que ontem teve lugar uma visita alargada às instalações na Rua D. Luís I. Se porventura as questões com saúde e segurança no trabalho não se apresentam, por enquanto, como um problema, a decisão pela transferência é claramente contestada.

Expressámos isso mesmo em abril, nas reuniões com o Vereador dos direitos sociais (que se opõe à decisão do Executivo do qual faz parte), e com o Vice-Presidente. Também o fizemos na reunião pública de câmara, a 29 de maio.

Nesta opção, alega a CML necessidades de espaço no edifício do Campo Grande, face ao reforço do número de técnicos na área do urbanismo. Da avaliação feita, concluíram que o DDS poderia ser preterido, transferindo-o para outro ponto da cidade.

Interessa sublinhar o compromisso do Vice-presidente com o Sindicato, em proceder a uma nova reavaliação dos espaços no Campo Grande, procurando, num último esforço, manter o DDS nestas instalações. Este compromisso não foi respeitado e o argumento técnico, dilui-se na lógica do “quero, posso e mando”, sinónimo de uma vontade política de quem afirma ser sensível às opiniões dos trabalhadores, sem, contudo, as considerar na prática.

A concretizar-se a transferência do DDS, ergue-se um horizonte sombrio sobre os projetos de natureza social que a autarquia tem desenvolvido nos últimos anos, quer junto dos munícipes em situação de vulnerabilidade, mas também com as associações que os apoiam.

O Executivo afirma garantir o *atendimento*. Esquece-se, todavia, que o atendimento na área social não se compadece com os habituais procedimentos burocrático-administrativos, antes obriga a uma intervenção específica, de sensibilidade, flexibilidade e informalidade.

Um quadro organizacional possível no Edifício do Campo Grande. Espaço central e privilegiado onde positivamente se responde a uma realidade social própria, através de profissionais empenhados e conhecedores das debilidades sociais da nossa cidade e daqueles que as sentem em primeiro lugar.

Uma constatação supostamente irrelevante e até despropositada para o actual Executivo. Em contraponto, o urbanismo, e tudo o que lhe está associado, parece ser a única prioridade a considerar.

Resta-nos questionar:

1. Será sério o argumento da falta de espaço no Campo Grande para o DDS?
2. Quais as prioridades do Executivo na área social, conhecendo os alertas deixados por aqueles que melhor conhecem esta realidade?
3. Que tipo de motivação e disponibilidade julga o Executivo alcançar junto dos trabalhadores, com a sua mudança forçada?
4. Que consequências está o Executivo disposto a aceitar, face aos constrangimentos expectáveis junto daqueles que dependem, interagem ou são parceiros da CML nas várias áreas de intervenção social?

Obrigado.

P'STML
Luís Filipe Dias
18 de junho de 2019